

INSEGURANÇA E ESTIGMATIZAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DA MÍDIA

Reges Sodré¹, João Batista de Deus²

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, E-mail: regessodre@gmail.com

² Professor da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, E-mail: deus.joao@gmail.com

Artigo recebido em 02/12/2019 e aceito em 09/06/2020

RESUMO

A insegurança urbana e a violência, que têm marcado a apropriação e uso das cidades brasileiras, não se fazem sem a manipulação midiática, que contribui para a estigmatização de setores da cidade e seus habitantes. Além disso, interdita um debate consequente sobre segurança pública e direito à cidade, ambos indissociavelmente ligados. Neste trabalho, investigamos as maneiras pelas quais a mídia construiu os lugares inseguros e estigmatizados em Araguaína-TO. A pesquisa se realizou por meio do estudo de um programa policial, de um webjornal e de entrevistas com os cidadãos sobre suas percepções da insegurança urbana. Constatou-se que a mídia digital e televisiva tem um papel decisivo na percepção dos moradores em relação aos lugares da cidade que devem ser evitados e horários que outros podem ser apropriados. A principal reação dos entrevistados ao nomear os lugares de insegurança na cidade é se referendar no noticiário local. Os espaços de insegurança estão localizados principalmente nos setores das regiões periféricas e nos bares populares. Dessa forma, a mídia opera um recorte dos lugares na cidade pelos tipos de crimes e locais dos criminosos, sendo a periferia, depositária de criminosos e de objetos roubados. Como solução, se receitua mais repressão policial.

Palavras-chave: insegurança, mídia, Araguaína.

INSECURITY AND SOCIOESPATIAL STIGMATIZATION IN THE CITY OF ARAGUAÍNA-TO: A STUDY ON THE ROLE OF THE MEDIA

ABSTRACT

Urban insecurity and violence, which have marked the appropriation and use of Brazilian cities, cannot be done without media manipulation, which contributes to the stigmatization of sectors of the city and its inhabitants. It also bans a consequent debate on public safety and the right to the city, both inextricably linked. In this paper, we investigate the ways in which the media built the unsafe and stigmatized places in Araguaína-TO. The research was conducted through the study of a police program, a web journal and interviews with the citizens about their perceptions of urban insecurity. It was found that the written and television media play a decisive role in the residents perception of places to be avoided and times that others may be appropriate. The main reaction of respondents when naming places of insecurity in the city is to referend to the local news. The insecurity spaces are mainly located in the peripheral regions and popular bars. In this way, the media operates a cut-off of places in the city by the types of crimes and locations of criminals, with the periphery being a depository of criminals and stolen objects, as a solution to more police reprimands.

Keywords: insecurity, media, Araguaína.

INTRODUÇÃO

As consequências da violência e insegurança urbana vêm sendo cada vez mais estudadas pela Geografia brasileira, embora os estudos se concentrem nos espaços metropolitanos, o que, em parte, se justifica devido a magnitude adquirida por esse processo. Os estudos têm focalizado na distribuição espacial dos crimes, na interdição de acesso a lugares, nos processos de vigilância e na venda e funcionamento de produtos imobiliários, como condomínios horizontais fechados.

Uma dimensão pouco apreciada tem sido o papel da mídia na difusão da insegurança e, simultaneamente, na seletividade de lugares inseguros/estigmatizados na cidade. Igualmente, os estudos sobre insegurança em cidades médias e pequenas ainda são tímidos, apesar do notável avanço nos últimos anos. É justamente dessa problemática que nos ocupamos nesse trabalho: como a mídia atua na construção da insegurança urbana na cidade média de Araguaína?

Localizada no norte do estado do Tocantins, essa cidade possui 153 mil habitantes (IBGE, 2010). Com 62 homicídios por 100 mil habitantes em 2017, Araguaína apresenta a maior taxa do estado. No mesmo ano, o município figurava entre os 120 que acumulavam 50% dos homicídios estimados no Brasil (IPEA, 2017). Esse quadro é fruto, entre outras coisas, de uma intensa disputa pelo controle de seu território, especialmente entre as facções do Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV).

Diante desse cenário de efetiva violência urbana, os canais televisivos e os sites de notícias têm priorizado a cobertura atinente à segurança pública. Ao identificar e classificar o conteúdo de todos os 20 programas televisivos araguainenses, constatou-se que 13 deles veiculam notícias policiais e comunitárias. Se forem acrescentados os três telejornais da TV Anhanguera, que também noticiam ocorrências criminais, esse número chega a 16 (MUNIZ, 2017). Soma-se o surgimento de vários sites de notícias e páginas em redes sociais.

Assim, verificou-se, durante a pesquisa, que a mídia potencializa o imaginário de insegurança urbana, ao mesmo tempo que seleciona lugares na cidade como bodes expiatórios da violência veiculada. As entrevistas demonstraram que as representações dos entrevistados sobre os espaços seguros/inseguros estão largamente ancoradas no que é transmitido pelos veículos de comunicação.

Em termos metodológicos, a pesquisa foi construída com base no estudo de dois jornais, um programa policial na TV e um site de notícia, este voltado para conteúdo policial e de variedades. A escolha dos dois noticiários ocorreu pelos seguintes aspectos: citações nas

entrevistas; conhecimento dos autores sobre a repercussão que matérias publicadas pelos mesmos tem na cidade; relevo dado às temáticas policiais e larga presença em redes sociais, uma vez que as duas páginas no Facebook, do portal de notícia e do programa televisivo, ultrapassam 65.000 mil curtidas. O levantamento das informações ocorreu durante 2018 e 2019/6¹.

Baseados nos procedimentos adotados por Silva (2010), em ambos os jornais procuramos identificar quem eram apresentados como atores da violência; a diferenciação na apresentação dos mesmos em relação a marcadores socioespaciais; os locais representados nas fotografias (imagens e em vídeo) que acompanharam as matérias; e os lugares mencionados, não somente setores, mas aqueles de escala nano-territorial, como bares; e a recorrência de citação desses lugares, bem como o que se dizia sobre eles e seus habitantes. Isso permitiu fazer várias correlações entre lugares, insegurança e estigmas.

Para classificar as matérias como de conteúdo criminal, consideramos apenas os casos que envolveram assassinatos (e tentativa), roubos (seguidos ou não de mortes), furtos, conflitos com lesão corporal, estupro (e tentativa), brutalidade letal perpetrada por policiais (e denúncia de abuso na condução de prisões), condenações, prisões por tráfico de drogas e arma, apreensões de menores e materiais de furto e roubo. Além disso, realizou-se 28 entrevistas em profundidade com moradores das áreas centrais e periféricas da cidade.

O artigo está dividido em três seções: na primeira, faz-se uma revisão teórica do papel da mídia na difusão da insegurança urbana e estigmatização de setores da cidade. Em um segundo momento, analisa-se o conteúdo difundido pela mídia de Araguaína; por fim, discute-se as entrevistas realizadas com os cidadãos.

A CONSTRUÇÃO DOS LUGARES ESTIGMATIZADOS E INSEGUROS PELA MÍDIA

Lagrange (1993, p. 186-186, tradução nossa) afirma que “as mídias participam da construção dos medos, precisamente no sentido em que abrem e ampliam o acesso do público às realidades criminais” e “certamente [...] operam seleções, destaques e como corolário, ocultações”. Para o autor, as mídias seriam cúmplices e não culpadas pela insegurança, uma

¹ Não citamos os jornais a fim de preservar a imagem de pessoas que trabalham nos mesmos. Isso está previsto no projeto aprovado pelo CEP/UFG, do qual este artigo deriva. Parecer de aprovação: 11159419.2.0000.5083.

vez que elas contribuem para a cristalização das preocupações, mas não criaram propriamente a ocorrência da criminalidade e nem a modificação das condutas cotidianas.

Ao recuperar a literatura anglo-saxã, Lagrange sintetiza três formas pelas quais as notícias de crime têm mais impacto nos sujeitos: primeiro, depende da distância social entre o receptor da informação e a vítima, podendo ser ou não capaz de gerar identidade e empatia; segundo, refere-se diretamente à dimensão espacial, isto é, se meu lugar é ou não apresentado como mais violento do que os outros. Se for mais violento a insegurança tende a aumentar, sendo o inverso verdadeiro. O terceiro, diz respeito à vitimização, pois o impacto tende a ser maior em quem já foi vítima de crime.

Mucchielli (2002) ressalta que em uma matéria carregada de emoções como a violência, é possível que a influência da mídia seja ainda mais forte. Um dos principais perigos ao abordar essa temática é tomar imagens e dados como coisas que falam por si mesmas, sem uma necessária investigação que levaria meses ou anos para se compreender as dimensões da criminalidade. A mídia veicula menos fatos do que interpretações cujos significados devem ser questionados.

O tratamento midiático da violência urbana suscita, de modo indissociável, ao menos três problemas principais, o primeiro é a co-construção dos fenômenos. Este é inerente ao tratamento televisivo já que sempre se faz uma seleção na realidade mais ampla. Destarte, “quando a televisão decide em um certo momento ‘cobrir’ um evento considerado comum, somente a presença da câmera pode moldar um fenômeno que, sem esta presença, não teria” ganhado “a mesma amplitude, nem necessariamente o mesmo significado” (MUCCHIELLI, 2002, p. 18-19, tradução nossa).

O segundo problema observado pelo autor se refere à deformação da realidade, que resulta frequentemente de uma omissão voluntária ou involuntária da parte do jornalista. Ao realizar a cobertura de uma ocorrência que envolve duas partes que se opõem em um conflito, leva-se em conta a coleta dos dados apenas de uma delas. O terceiro aspecto seria a estigmatização de pessoas e seus lugares, ilustrada por uma reportagem realizada pelo jornal *Le Parisien*, em 1999, que publica um mapa da região de Paris indicando os bairros e mesmo o nome de ruas onde ninguém deveria ousar entrar.

Diante disso, o campo jornalístico produz uma representação do mundo “como uma sucessão de desastres sobre os quais não se compreende nada e sobre os quais não se pode nada”. Esse mundo permeado “de guerras étnicas e de ódios racistas, de violência e de crime,

não é mais que um contexto de ameaças incompreensível e inquietante do qual é preciso antes de tudo se retirar e se proteger” (BOURDIEU, 1997, p. 141).

No entanto, isso não significa que a mídia não opere seletivamente do ponto de vista socioespacial. Bourdieu et al. (1997, p. 73), tratando dos subúrbios franceses, mostra como a imprensa constrói imagens estigmatizantes de segmentos populacionais e seus espaços. Para ele, “longe de ajudar os habitantes desses subúrbios, a mídia contribui, paradoxalmente, para a sua estigmatização”. Os bairros pobres “são apresentados como insalubres e sinistros, e seus moradores como delinquentes. Os jovens que procuram trabalho não têm mais coragem de dizer que moram nesses” lugares. Daí para a frente são “universalmente mal afamados porque foram manchete na mídia”.

Nesse sentido, Sposito e Góes (2013) afirmam, inspiradas no trabalho de Imbert (1992), que a mídia oferece, em meio ao caos de violência, certo ordenamento da vida cotidiana, ao indicar horários e locais em que a violência ocorre, sujeitos a serem evitados, suscitando práticas espaciais de evitar certos bairros, não frequentar praças onde haveria consumo de drogas e não contratar funcionários tatuados, acabando por exercer influência nos processos de segregação socioespacial. Assim, “as imagens divulgadas pela mídia [...] materializa-se no cotidiano das cidades, ao transformar-se em relações e práticas sociais” (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 181).

A ligação entre pessoa e lugar é imanente a essa construção da mídia, de sorte que a estigmatização “se estende muito além dos acontecimentos que a provocam e marca essas pessoas mesmo quando elas estão fora de seus bairros” (BOURDIEU et al., 1997, p. 73-74). Os autores ilustram com o exemplo de jovens do bairro Val-Fourré que, passando férias em Jura, foram hostilizados pela população local que passou a desconfiar deles depois que a mídia mostrou diversos crimes ocorridos naquele bairro.

Cassab et al. (2016, p. 111) apontam, considerando a cidade média de Juiz de Fora-MG, que as práticas espaciais dos adolescentes desta cidade se coadunavam com as dos lugares construídos pela mídia como violentos, resultando, pois, na “estigmatização e criminalização de determinados grupos sociais e lugares da cidade”. A experiência real dos jovens que moravam em áreas centrais com relação aos bairros periféricos não era um fator determinante para sua apropriação, uma vez que essa se realizava pela mediação, principalmente, de imagens da mídia. Não iriam a alguns bairros “pois ‘ouviram falar’, ou porque ‘leram no jornal’, ou ainda porque ‘alguém disse que é muito perigoso’” (CASSAB et al., 2016, p. 115).

Portanto, em matéria de apropriação da cidade e desenvolvimento urbano autêntico (SOUZA, 2006), essa construção da mídia tem fortes consequências negativas. Souza (2008) ressalta a relação de recíproca alimentação entre o medo difundido pela imprensa e o mercado da segurança, que inclui a oferta de produtos imobiliários, como condomínios horizontais fechados, venda de armas, segurança armada particular, câmeras e carros blindados. Tais soluções são consumidas, especialmente, pela classe média e a elite.

Essas medidas de segurança são escapistas por natureza, pois contribuem, do ponto de vista político-pedagógico, para o fortalecimento de valores que ameaçam a civilidade e a solidariedade cidadã, uma vez que se fomenta ambientes de socialização que, a um só tempo, pressupõem e reforçam um descompromisso para com a cidade como um todo. Isso acontece devido ao empobrecimento da vivência da cidade e da experiência de contato com o Outro (entendido esse outro como o favelado, o morador de rua, o suburbano...), o enclausuramento só pode terminar por reforçar preconceitos, na esteira da ignorância e do medo (SOUZA, 2008).

O mais trágico talvez seja que se forma uma verdadeira hegemonia em torno dessas ideias escapistas, de sorte que “os muros não estão somente em torno dos ‘condomínios exclusivos’ e dos prédios de classe média: estão, crescentemente, nas mentes e nos corações”. Assim, “tendo como argamassa o medo, projetam-se não apenas nos espaços do auto-enclausuramento dos privilegiados, mas ensejam, na verdade, os sonhos de um confinamento dos pobres” (SOUZA, 2006, p. 473).

Assim, se de um lado a mídia reforça e sanciona soluções escapistas, criando um ideário que incorpora até mesmo os pobres, de outro, tem um papel estratégico na militarização da questão urbana, na medida que mobiliza afetos “para dar suporte de massas às ‘operações de guerra’ empreendidas pelo Estado” (SOUZA, 2012, p. 121). A militarização não se restringe a intervenções das Forças Armadas, mas ao conjunto de organizações estatais que se identificam com a repressão², as quais atuam na interdição dos ativismos e movimentos sociais, bem como no controle de seus espaços e extermínio de sua população, que geralmente se refere a jovens negros e mulatos (SOUZA, 2008, 2012).

² Souza (2008) lembra também que o mercado da informação se articula com o sistema político-eleitoral. Assim, políticos exploram o medo da população a fim de ganhar eleições, oferecendo quase sempre soluções autoritárias na segurança pública e no planejamento urbano. Como demonstra Kessler (2015), não se trata de uma exclusividade brasileira, pois em boa parte da América Latina, há um temor generalizado, levando a temática a ganhar protagonismo nos processos eleitorais, aparecendo como um dos principais problemas a serem solucionais em países como Argentina, Colômbia e Chile.

Nesse cenário, a cidade é recortada em fragmentos, aos quais são atribuídos sentidos de segurança e insegurança. Se os lugares e itinerários considerados seguros são submetidos a rigorosos dispositivos de vigilância, com forte exclusão de sujeitos considerados perigosos, os fragmentos percebidos como inseguros/violentos são estigmatizados e sobre eles se estabelecem toda sorte de evitamento, distanciamento socioespacial e controle, principalmente, através do aparelho repressor estatal.

Com isso, segundo Souza (2006, p. 21), a cidade se torna “cada vez menos um locus da discussão pública livre e da possibilidade de uma vida pública criativa e que carregue os germes da emancipação”. Ao contrário, consolida-se a metáfora da cidade prisão, com predomínio da tensão, desconfiança, estresse e às vezes do pânico, pois o inimigo pode estar em qualquer esquina. Há, nas palavras de Gomes (2002, p. 182), um verdadeiro “emuralhamento da vida social”.

ESTIGMATIZAÇÃO E INSEGURANÇA NOS JORNAIS DE ARAGUAÍNA-TO

Tendo em vista que o portal de notícias se apresenta como aquele que traz informações gerais sobre Araguaína, pode-se considerar que a violência urbana tem relevante visibilidade e espaço. Pelo menos uma vez em todas as semanas, uma reportagem sobre crime ocupa a principal chamada do site. Parte dessas reportagens passam dias na chamada principal, especialmente quando são publicadas na sexta-feira, pois o jornal dificilmente publica matérias no final de semana.

As fotografias que acompanham as manchetes são de suspeitos presos, viaturas da polícia, armas utilizadas na execução de um delito, material ilícito apreendido e de cenários espaciais como matagal com ossada humana, ruas com corpos mutilados ou ruas sem pavimentação asfáltica e em contato com formações florestais. Essas cenas fomentam e conformam imaginários de locais isolados e esteticamente degradados a serem evitados.

Predomina nas manchetes referências a lugares específicos como Fórum, Hospital Regional de Araguaína (HRA), Presídio Barra da Grota, barbearia, matagal, cisterna, bar, rua e boate. Tais lugares estão associados não somente à resolução de conflitos, mas à sua produção. Ao citar os três últimos sem delimitá-los espacialmente, o jornal forma uma categoria que serve para generalizar todos esses lugares como potencialmente perigosos, especialmente os bares, o que mais aparece como *locus* de crimes. As menções a setores são minoritárias, aparecendo apenas Vila Goiás, Araguaína Sul, Barra da Grota e Setor Encontramento.

Há também manchetes com indicações generalizantes, frisando episódios criminais em Araguaína, como por exemplo, “‘Você agora pagou’ diz criminoso ao matar homem a tiros em Araguaína”. Em outros casos, como na manchete: “PM captura cinco suspeitos de fazer arrastão em vários pontos de Araguaína”, sinaliza-se que a violência está presente em todos os lugares da cidade. Essa interpretação se reforça ao ler o texto, que não especifica lugares, apenas menciona que realizaram “vários assaltos na cidade, roubando celulares, relógios, anéis e dinheiro das vítimas”.

No tocante ao conjunto das matérias (e não somente manchetes), registramos, durante 1 ano de coleta, a publicação de 1.343 reportagens, das quais, 223 foram classificadas como de conteúdo atinente à segurança pública. Destas, 125 foram estudadas, pois se referiam diretamente à Araguaína. Percebe-se que estas têm uma participação significativa no conjunto das reportagens publicadas, representando 16,60%, perdendo apenas para as notícias de política, que aparecem com 27,10% de todo o conteúdo veiculado pelo jornal. Educação tem 8,04%, saúde 4,47%, corrupção 4,24% e acidente com 3,72% das matérias. Os outros 35,82% são de temáticas variadas, como entretenimento, ações do corpo de bombeiro, esportes, serviços de eletricidade e água.

Diferentemente dos jornais de circulação nacional que, segundo Silva (2010), buscam tematizar a problemática da segurança pública através da consulta a especialistas e levantamento estatístico, o site local limita-se a diversas reportagens que informam e relatam os acontecimentos considerados violentos. Geralmente traz apenas a versão oficial, isto é, aquela divulgada pelo aparelho policial, representado por um delegado, comandante do batalhão da Polícia Militar ou um policial que esteve na ocorrência.

A partir de informações policiais, o jornal logra desenhar uma breve e pontual trajetória do suspeito, cujo resultado não pode ser diferente daquele condizente com a figura do delinquente. Isso aparece mais claramente no número de passagens, investigações ou condenações que o mesmo já sofreu na justiça. Dizer ou escrever isso parece justificar não somente a nova prisão, mas principalmente qualquer ato arbitrário que seja efetuado contra o “criminoso”.

O silenciamento da versão da defesa do suspeito consiste em si mesmo em um ato de violência simbólica, o qual faz parte do processo de condenação em que se avista, pois trata-se o suspeito sem o benefício do contraditório. Pior que isso é negar ao agente suspeito a narrativa de sua trajetória, que não teria como objetivo absolver o crime, mas contextualizar as condições

que levaram ao ato criminoso e, a partir dele, encaminhar um debate público que problematize possíveis soluções para a violência urbana.

Se inscreve nessa mesma linha de silenciamento alguns tipos de vítimas. Por exemplo, quando uma pessoa é morta, é comum o jornal procurar ligá-la ao “uso de drogas”, “envolvimento com drogas” ou de que já tinha “passagem pela polícia”. Como notou Muniz (2018, p. 81), com afirmação dessa natureza, “cria-se um sentido que justifica e até mesmo culpabiliza a vítima narrada na notícia”. No pensamento conservador são “pessoas de personalidade fraca, de má índole, que, ao sofrerem alguma mazela, podem estar apenas encontrando algo que suas atitudes a conduziram”.

Essa situação ilustra bem a célebre passagem de Bourdieu et al. (1997, p. 69), para quem os dominados “dificilmente são ouvidos. Fala-se deles mais do que eles falam e, quando falam aos dominantes, tendem a tomar um discurso emprestado, o que os dominadores usam”. Assim, a começar pela censura linguística que lhes é imposta nos meios jornalísticos, “os dominados são os menos aptos a poderem controlar sua representação”.

Ao espacializar as notícias sobre criminalidade, observa-se que 43 setores são mencionados nas reportagens. Desses, 30 são periféricos e 13 situados na área central, em percentuais são 69,77% e 30,23%, respectivamente. Eles aparecem 108 vezes no jornal, 64,4% setores periféricos e 35,19% setores centrais. Os setores mais mencionados nas reportagens são Araguaína Sul, Nova Araguaína, Barra da Grota, São João e Centro.

Tais números, sob um olhar de sobrevoo, apontam para a difusão da insegurança urbana, pois em todas as regiões (consideradas pelos pontos cardeais e colaterais) da cidade são relatados casos de violência. Isso se reforça pela incidência da violência em lugares de prestígio, como o centro, que aparece como terceiro mais citado pelo jornal, e o setor Martins Jorge, com três menções. Além de um assassinato na Via Lago, ponto de encontro da classe média, para fazer atividade física e espaço de realização de eventos.

A sensação que o jornal transmite, a partir das reportagens, é de que em qualquer lugar da cidade pode-se ser vítima de um crime. Risco que se eleva conforme o horário, sendo mais frequente relatos de delitos que aconteceram durante a noite e mais intensamente pela madrugada. Mais do que isso, a vitimização pode ocorrer como um efeito colateral da criminalidade, como no caso em que um criminoso em fuga provoca um grave acidente na avenida mais prestigiosa da cidade, a José de Brito.

Todavia, longe de imperar a indistinção espacial da periculosidade, esse cenário convive com a construção de lugares na cidade, como mais violentos do que outros. A começar,

como se viu, pelo fato de que a periferia aparece muito mais no jornal do que as áreas centrais. Um grupo de 6 setores daquele espaço, Araguaína Sul, Nova Araguaína, Costa Esmeralda, Lago Azul, Itaipu e Barra da Grotta, reúnem 34,26% das menções do jornal. Número quase equivalente àquele referido a toda a região central.

Os espaços são recortados em tipos de crimes e locais dos criminosos. A periferia aparece como esconderijo dos criminosos, seja porque para essas regiões eles fogem em momentos de perseguição policial, após cometeram crimes, ou porque residem em tais lugares. É na periferia também que é noticiado que a polícia encontrou depósitos (geralmente em casas ou kit net alugadas) com materiais roubados. São igualmente redutos dos pontos de venda de droga, as famosas “boca de fumo”, nas quais são presos traficantes e apreendidas porções de drogas (e os objetos necessários a tal comércio, como balança de precisão, armas, facas e celulares).

Prisões, homicídios, confrontos policiais ou apreensões em setores centrais são raros. Na região central aparece mais casos de roubos/furtos a pessoas e crimes patrimoniais a estabelecimentos de comércio e serviços. Esses acontecimentos são frequentemente acompanhados de vídeos oriundos de sistema de monitoramento, indicando que se trata de um espaço com maior vigilância, facilidade de cobertura pela imprensa e de cidadãos que filmam e postam em redes sociais ou enviam direto para redação dos jornais.

Ainda que essas considerações sejam válidas para o jornal televisivo, nesse caso, se acrescentam algumas especificidades, tais como a maior agressividade em relação a cenas fortes, visto que são mostradas pessoas feridas. Não se hesita em veicular imagem de pessoas mortas com tiro na cabeça sem nenhuma tarja (ou às vezes parcial, deixando pernas e braços a mostra) que resguarde a vítima e os telespectadores. Tais cenas ficam na tela por vários minutos enquanto o apresentador tece comentários improvisados sobre o caso.

Os comentários de improviso sobre as matérias veiculadas, constitui-se em momento central do programa e de sua interação com a audiência. Ele sempre evoca Deus, em um pedido de socorro para os casos de criminalidade. A frase mais repetida é: “Meu Deus!”, que funciona como uma vírgula no discurso do jornalista. Aliás, o programa começa com um áudio de um pastor evangélico que faz uma oração por alguns minutos. Antes e depois dessa atração, o apresentador faz pedidos ao céu, para que seja abençoado a cidade e o dia.

O socorro esperado do céu é “coerente” com o caos que o apresentador vende sobre a violência em Araguaína. Ao comentar um assalto ele diz: “meu Deus do céu, não para o número de assaltos em Araguaína, a polícia vem trabalhando, vem fazendo um trabalho extraordinário,

mas infelizmente, infelizmente a bandidagem não para né!? A bandidagem não para”. E acrescenta em outro momento: “É mais um crime, é mais um crime em Araguaína, é mais um crime em Araguaína, e que sem dúvidas vai assustando, porque parece que o negócio tá correndo solto”.

Pode-se citar outro trecho, quando, ao comentar o roubo de uma moto, surge uma visão apocalíptica da situação da violência na cidade: “como é que os cara rouba uma moto, e ainda por cima pintam a motocicleta, é coisa de outro mundo, é coisa de outro mundo o que nós tamo vendo aqui em Araguaína. Pelo amor de Deus, é brincadeira, é brincadeira!”. E mais uma vez dá os “parabéns a polícia”, que vem “realizando um grande trabalho, aqui em Araguaína”.

Pelo raciocínio do apresentador, se a polícia realiza um trabalho perfeito, e mesmo assim os crimes continuam crescendo ou no mesmo patamar, só resta pedir a ajuda divina. Essa postura dialoga com sua audiência, certamente formada por pessoas que se declaram cristãs (e especialmente evangélica, pois há transição religiosa no país, como vem apontando diversos estudos). Nesse contexto, só resta o imobilismo da segurança pública e a repetição das mesmas práticas esperando resultados diferentes.

Não obstante, há uma tentativa do apresentador em se mostrar um prestador de serviço para população. Esta envia para o programa algumas demandas que são anunciadas, especialmente de setores periféricos. As demandas se referem a assuntos como segurança, água que foi cortada, energia, precariedade em atendimento hospitalar, educacional ou de acessibilidade. Em um desses casos, demonstrando indignação transparente no aumento do tom de voz e nos clamores aos gritos, ele afirma:

Eu tô sabendo, atenção, atenção Polícia Militar, atenção Polícia Militar, atenção. O pessoal do segundo BPM assistindo nosso programa, na região do Araguaína Sul II [faz sinal de delimitação espacial do setor], na região do Araguaína Sul II [dando mais ênfase], a bandidagem tá entrando nas casas e levando as televisão do povo. Me informaram ontem sobre isso ‘Carlos fala por nós’ e tô aqui falando. Atenção polícia militar, disse que todo dia tão roubando uma televisão lá. Disse que todo dia tão metendo a mão no que é alheio do povo, né. Então o seguinte, atenção, vamos reforçar o patrulhamento na região [faz sinal de delimitação do espaço].

Aqui, até se poderia conjecturar, que há um movimento dialético, uma vez que pessoas de setores periféricos e estigmatizados também fariam uso do programa para melhorar suas condições de existência. Mas, o que ocorre é uma violência simbólica, uma vez que operada no registro midiático hegemônico e consentida pelos moradores que compartilham dessa gramática, mesmo dela sendo vítima. Na passagem acima, o apresentador não solicita um plano

de segurança para setores com alta criminalidade, ele pede mais do mesmo, isto é, mais patrulhamento policial.

Um verdadeiro movimento dialético só sucederia se a população criasse seus próprios canais de reivindicação, fazendo uso das mídias digitais e rádios comunitários para constituir novas formas de enunciação; ou usasse da televisão pública enquanto canal alternativo, como o caso estudado por Serpa (2011) em Berlim. Este processo passaria, certamente, pela exigência de um plano de segurança amplo e integrado com outras áreas sociais, bem como mostraria que seus lugares também são *locus* de realização de outras existências, e não somente da violência, como aparece no programa estudado. Trata-se do movimento, lembra Serpa (2011, p. 178), de fazer “emergir representações espaciais contra-hegemônicas no espaço público da cidade contemporânea”.

O apresentador depende da audiência desses setores onde ele mostra a ocorrência de crime, o que torna necessária a suposta defesa do cidadão de “bem” que lhe ouve/assiste, os “seus amigos”, como gosta de dizer. Ele afirma com frequência que gosta de todos os setores de Araguaína e em alguns momentos, ao ler mensagens de telespectadores, focaliza em setores específicos: “um grande abraço aos meus amigos do Nova Araguaína, eu gosto demais do Nova Araguaína. Um grande beijo no coração de vocês!”.

Como mencionou-se na citação alhures, o jornalista sempre faz questão de delimitar em forma de gesto alguns lugares da cidade em que aconteceu crime. Ele se refere à “região” e faz gestos com a mão indicando uma delimitação, geralmente trata-se de setores periféricos. Além desse sentido, o uso do termo “região”, evoca áreas próximas a uma localidade de incidência de crime. Desse modo, a insegurança se expande em um raio às proximidades da ocorrência.

Outro forte componente espacial na fala do jornalista é a repetição nominal do setor em que ocorreu um crime. Amiúde, ele repete o nome do setor em torno de 15 vezes durante um programa, compreendendo três momentos, o primeiro inclui o anúncio da matéria no início do programa, posteriormente sua chamada, e os comentários realizados após a transmissão da mesma, tais comentários, podem vir também antes da matéria, numa espécie de preâmbulo.

Além de visibilizar os setores periféricos como os mais violentos, há citações explícitas de que a violência efetivamente está nesses lugares. As duas passagens a seguir ilustram esse ponto, no primeiro caso, ele tece comentários sobre uma motocicleta roubada que foi encontrada em uma construção, enquanto, no segundo, refere-se à apreensão de menores suspeitos de roubar uma motocicleta.

E o que chama a atenção nesse caso aí Coronel, é um local abandonado, e que a gente tem visto muito isso, principalmente nos **setores afastados do centro da cidade**. A gente tem visto que a criminalidade às vezes ela cresce, de forma desordenada, porque às vezes a polícia consegue fazer um controle, consegue fazer um trabalho preventivo, mas nos setores onde geralmente não tem asfalto, onde geralmente o poder público não é tão presente, é com posto de saúde, com escola... E a gente tem visto casos como esse aí, de motos abandonadas, em matagal, em lote baldio e agora ontem à noite dentro de uma construção. Agora o que preocupa muito, o que nos traz uma preocupação, é principalmente os pais, inclusive eu recebi essa semana uma ligação de uma mãe, que mora num **setor periférico de Araguaína**, falando Carlos, aqui falta tudo, os serviços básicos e com isso a gente acaba vendo, algumas pessoas aliciando menores, para o uso de drogas e outras situações. O que o pai, a mãe deve fazer, quando observa uma situação dessa, próximo a sua casa, colocando até em risco o seu filho, a sua filha? O caso foi lá no Lago Azul 1.

Eh Lago Azul, meu Deus do Céu! Ali tem ocorrência! Mas a cidade vai crescendo e não tem jeito.

Embora parte da fala toque em alguns pontos que complexifica a análise, como a necessidade de serviços públicos nas áreas de expansão da cidade, acaba-se, em seguida, jogando toda a violência para periferia da cidade e colocando o crescimento desta última como causa inevitável da primeira. Ao concluir sua reflexão (primeiro trecho) perguntando ao Coronel o que os pais da periferia deveriam fazer para evitar que seus filhos entrem no mundo do crime, ele devolve toda a questão para o nível da repressão policial.

O coronel responde à pergunta dizendo que a comunidade precisa entrar em contato com a Polícia Militar e relatar o que está acontecendo, pois eles têm mecanismos de solucionar os problemas. Ao final de sua arguição, afirma que os pais que possuem filhos que começam a ter envolvimento com drogas (seja usuário ou tráfico) devem entregar seus próprios filhos a polícia, para que esta dê uma lição neles.

Ressalta-se que há duas exceções sobre a espacialidade centro-periferia da insegurança, que fica mais clara quando se analisa este jornal. A primeira se refere à denominada “região da feirinha”, trata-se de um lugar conhecido pela comercialização e uso de drogas, prostituição e acordos de conta entre criminosos. Muitos dependentes moram nesse lugar e passam o dia pedindo nas proximidades. Está encravado na área central, setor Vila Aliança, próximo da Avenida Filadélfia e Prefeito João de Souza Lima. Duas quadras formam o lugar, que também tem comércio informal e é local de ponto de ônibus/vans para outras cidades.

A segunda se refere ao setor Entroncamento. Situado às margens da rodovia Belém-Brasília, conhece duas territorialidades marginais em tensão: a dos travestis e das prostitutas. Há presença de várias boates e bares no seu entorno. Ao anunciar o caso de uma tentativa de homicídio nesse setor, o jornalista afirma que “é um local conhecido, inclusive, eu comentei no

final de semana, o entroncamento está começando a ter aquela movimentação na madrugada, tinha acalmado um tempo e o negócio parece que vai pegar fogo de novo”.

Ademais, nesse fragmento, o apresentador estabelece uma correlação entre tempo e crime, nesse caso, associado ao horário da madrugada. Em outro trecho ele chega a dar uma lição (não sem invocar a autoridade do discurso religioso) em uma vítima de tentativa de homicídio, em decorrência do horário que a mesma estava na rua: “agora o seguinte, vamos dar a César o que é de César, 5:30 da manhã meu irmão! Tem de estar em casa, dormindo, ou descansando ou indo pro trabalho, né”.

O PAPEL DA MÍDIA NA FALA DOS MORADORES: CONFORMANDO REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS

A primeira constatação que realizamos da relação entre mídia e insegurança urbana, ao analisar as narrativas dos moradores, é que a construção de Araguaína enquanto uma cidade violenta e insegura alcança a escala regional/estadual. Isso acontece porque as empresas televisivas selecionam as reportagens mais importantes de Araguaína e as retransmitem para todo o estado do Tocantins. Já o webjornalismo, como pode ser acessado de qualquer lugar, tem um alcance ainda mais amplo.

Um de nossos entrevistados, o professor Jairo, 42 anos, residente no setor Cimba, que mora em Araguaína desde 2013, nos relatou que ele e sua esposa tinham uma imagem pejorativa da cidade antes de se mudarem para a mesma, baseados nos noticiários televisivos:

Em 2012, a gente morava em Porto Nacional. A minha esposa passou no concurso do IF [Instituto Federal do Tocantins] e foi chamada pra cá pra Araguaína. No primeiro momento a gente topou porque era... mais nós morria de medo de vim pra cá. Porque o que **passava na televisão era somente crime, assassinato, um atrás do outro, né!**? Tanto entre criminosos como pessoa de bem, então a image que Araguaína passou pra gente... que era uma cidade infernal e quando a gente chegou aqui, assim... o que foi passado pela mídia pra nós num foi aquilo que realmente era, a gente conseguiu até um acolhimento bom (JAIRO, 2019, grifo nosso).

Observa-se, nesse relato, que, diante de uma oportunidade de trabalho excepcional para a esposa, o casal se viu, a contragosto, compelido a se mudar para cidade de Araguaína. Isto porque eles morriam “de medo de vir para cá”, tendo em vista que, na televisão, só passava “crime, assassinato, um atrás do outro”. Construíram a partir das imagens veiculadas pela mídia uma representação de uma cidade infernal. Apesar disso, quando se mudaram, a experiência do espaço vivido, ofereceu outras significações, que possibilitaram uma ordenação do cotidiano.

Tal ordenação implicou uma re-significação escalar do imaginário de insegurança na sua relação com a construção midiática. Antes de habitar em Araguaína, toda ela era imaginada como insegura; depois de conhecê-la, essa insegurança foi transferida apenas para algumas partes da cidade. Isso fica claro em outros trechos da entrevista, em que Jairo aponta os “setores novos” como violentos e as áreas centrais como mais “tranquilas”.

Por conseguinte, ele apenas mudou de escala seu imaginário de insegurança, mas continua a operar no mesmo diapasão construído pela mídia, reverberando a dicotomia centro-seguro, periferia-insegura. O essencial aqui é perceber que a distância entre experiência e representação, que ele tinha antes de conhecer Araguaína, é agora reproduzida na escala intra-urbana. Atualmente, ele imagina muito mais do que vivência a periferia. Ele afirma que se recusa a morar em setores afastados do centro, porque seriam muito perigosos.

O quadro 1 abaixo é uma síntese das narrativas apresentadas pelos moradores, nas entrevistas, dos lugares na cidade que eles acreditam serem os mais violentos e perigosos. Nota-se a menção recorrente a setores como Araguaína Sul, Nova Araguaína, Costa Esmeralda, Lago Azul, Presidente Lula, Raizal e Tereza Hilário Ribeiro. Os entrevistados procuram associar os lugares de violência à periferia e à distância do centro. São por ele chamados de “bairros novos” ou “mais recentes”.

Quadro 1: Araguaína: lugares perigosos na percepção dos entrevistados, 2019.

Nome do entrevistado	Setores percebidos como violentos	Narrativa do entrevistado
Liócha	Bairro de Fátima; Costa Esmeralda; Monte Sinai; Nova Araguaína	Olha, o seguinte, a gente na realidade não frequenta, a gente pode dizer aí, é o, assim, Nova Araguaína, porque já é BR ali, o Bairro de Fátima, o Monte Sinai, porque são, assim a gente imagina. Aqui mesmo o Costa Esmeralda, o pessoal que fala, o pessoal fala. A gente não vive, num vai lá, a gente vê falar desses bairros assim mais afastado e tem, tem... A gente ouve falar, mas não frequenta né. Porque a gente não vai [risos].
Isis	Costa Esmeralda; Maracanã; Araguaína Sul.	Agora [em] Araguaína bairros perigosos [...] são esses novos bairros que abriram, tipo Costa Esmeralda, Maracanã, Araguaína Sul. Esses são perigosos viu! Perigosíssimos! [aumentando o tom de voz]. Eu [...] só sei de ouvir falar né, agora o Costa Esmeralda cê ver os meios de comunicação tudim aqui da cidade, tudim tem uma violência lá, mata gente o Costa Esmeralda, pra mim hoje ele é a Rocinha de Araguaína, tudo que acontece é lá.
Azevedo	Nova Araguaína; Lago Sul; Vitoria; Céu Azul.	Assim, os setores no que se conhece pela a mídia né, a gente tem hoje Nova Araguaína, já vem de alguns anos. Tem um histórico de muito violência, hoje aumentou. Há uma, tem uma transferência da questão do Lago Sul né, também tá muito na mídia e não só na mídia, mas também na questões dos boletins policiais né, a gente observa muito isso. Araguaína Sul, setores que também é muito falado a questão de violência e tem um complexo de setores que também é muito divulgado, setor Vitoria, Céu Azul né, os mais periféricos mesmo.

Arthur	Costa Esmeralda; Lago Azul.	Atualmente temos o Costa Esmeralda, Costa Esmeralda é um bairro na saída [inaudível]. É igual eu falei, diversificado. Lago Azul, sempre tá tendo homicídio lá e por coincidência, ontem teve um aqui no centro né, no centro da cidade, teve um aqui.
Álvaro	Costa Esmeralda; Nova Araguaína; Lago Sul; São João; Presidente Lula; Tereza Hilário Ribeiro; Raizal; Araguaína Sul	Olha, eu vou citar aqui os bairros mais violentos na minha opinião, pelo conhecimento que eu tenho e pelos noticiários também né que a gente fica sabendo. Por exemplo, hoje, um dos bairros mais perigosos que nós temos hoje é o Costa Esmeralda, ele tá no cabeção do ranking, Costa Esmeralda, nós temos o Nova Araguaína que é um bairro também muito perigoso né, nós temos ali hoje o setor que eles chamam de Lago [Azul] que tem algumas etapas, tem o um, tem o dois, tem três, acho que tem até o quatro etapa, são setores também que vem crescendo o... a criminalidade. A gente também vem sendo informado dessas informações né. É, o bairro São João também ainda é um bairro muito perigoso né, que a gente vê muita coisa acontecendo, muita coisa... num tem homicídio mas tem né roubo e tá relacionando né, com o crime e nós temos também esses setores mais afastados como uns aqui, aqui nós temos o Presidente Lula que um setor também, muito perigoso hoje né, boa parte do Araguaína Sul né, tem algumas etapas, tem o Araguaína Sul um, dois, três. E são setores que também é muito perigoso né, o Tereza Hilário Ribeiro, Raizal. Então esses setores aí tão encabeçando aí o índice de criminalidade hoje em Araguaína.
Méline	Xixebal	Ah... lascou-se, rapaz num sei te falar não, porque assim né, é tanto [setor] que a gente vê [na televisão], mas, mas tamo próximo de um, num tamo, Xixebal, Xixebal aí é muito falado. É o Xixebal mesmo, Xixebal aparece muito, aparece Xixebal. É qual o nome daquele setor, que perto [inaudível] do Parque Cimba? Sai muito também [na televisão], esses lugar assim, tudinho sai, nesses lugar mais afastado, um pouco do centro, se vê muita violência, escuta muita violência.

Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Fica patente na fala dos entrevistados o papel da mídia na construção de suas percepções e nos recortes que realizam para classificar e avaliar os lugares como seguros ou inseguros. As notícias de crimes veiculadas pela mídia é o meio pelo qual os entrevistados sustentam suas espacializações da violência na cidade, expressas, em um primeiro nível, por meio de frases como “cê ver os meios de comunicação”; “se conhece pela a mídia”; “pelos noticiários também” “é tanto [setor] que a gente vê [na televisão]”.

A elaboração e circulação de imaginários de insegurança dialoga sempre com outras realidades nacionais, e, amiúde, internacionais, e a mídia joga papel fundamental nesse processo. É nesse contexto que se realiza correlação entre os lugares perigosos de Araguaína com outros espaços distantes, como é o caso de favelas do Rio de Janeiro. Na avaliação da servidora pública Isis, 47 anos, residente no centro, “o Costa Esmeralda [...] é a Rocinha de Araguaína, tudo que acontece é lá”.

Aqui o papel da mídia na construção imagética dos lugares é reduplicado. A favela da Rocinha, está localizada na cidade do Rio de Janeiro, e ficou conhecida nacionalmente pelas reportagens veiculadas, especialmente pelo Grupo Globo, mostrando conflitos entre quadrilhas

rivais, a polícia e a morte de inocentes. Durante décadas a favela e a cidade do Rio de Janeiro vêm ocupando o noticiário com manchetes que retratam o caos na segurança pública, sedimentando sua imagem como lugar de insegurança e sendo mobilizado como parâmetro de referência no senso comum para se ler outras realidades socioespaciais.

Mas, apesar da analogia, a entrevistada não conhece o setor Costa Esmeralda e nem a Rocinha. Quando interrogada se já havia visitado o primeiro setor, ela diz “não, porque só de ouvir falar já tenho medo”. Em seguida, ela afirma que recusou dois convites de amigos que fizeram seus aniversários naquele setor: “por sinal ela fez aniversário dela lá num dia num tive coragem de ir, num tive! Aí outro amigo fez aniversário lá, eu não fui também, eu não fui não é nem porque eu não gosto do amigo, do colega de trabalho, eu não fui por medo do bairro de tanto ouvir falar [que] é perigoso”

Portanto, boa parte dessas percepções, especialmente de moradores da área central da cidade, não são decorrentes de experiência fundada na vivência e apropriação dos setores periféricos, afinal de contas, como admite Liócha, “a gente na realidade não frequenta”, mas “a gente imagina”. Ele afirma que boa parte da sua rotina se realiza em setores mais próximos do centro, sendo necessário o deslocamento para outras áreas da cidade.

Azevedo, 48 anos, residente no setor Monte Sinai, é a única exceção que reivindica ter informações seguras sobre a espacialidade da violência em Araguaína, mesmo que não escape da influência midiática. Assim, além de mencionar os casos que “se conhece pela a mídia”, acrescenta: “mas, também, nas questões dos boletins policiais”. Essa postura é oriunda das amizades que possui na Polícia Civil e Militar. O capital social (BOURDIEU, 1980) que possui possibilita que ele tenha algumas informações privilegiadas sobre segurança pública na cidade.

Como se observa pelo quadro 1, há pouca alusão a ruas como lugares perigosos. A primeira coisa que os cidadãos citam são setores. Quando se insiste se há alguma rua nas quais teriam medo de trafegar ou que consideram perigosas quase sempre a resposta foi negativa. Essa narrativa é uma maneira mais fácil de tornar as imagens espacializadas, uma vez que as ruas são mais difíceis de memorizar, pelo pouco conhecimento geográfico da cidade e a multiplicidade em que são mencionadas nos jornais. Segue-se em algum grau o padrão da mídia, pois esta dá ênfase aos setores e não às ruas.

Reconhecer uma rua como lugar perigoso parece estar relacionado a alguns fatores específicos: a experiência de ter sofrido (ou alguém conhecido) algum tipo de crime em uma rua; ser uma rua do próprio setor em que se habita, onde já houve casos de crime, ou sendo uma rua pouco iluminada, habitada e de difícil mobilidade, em função da ausência de pavimentação

asfáltica e da presença de areia. Aqui a mídia exerce, diretamente, pouca influência; o peso maior é da dimensão vivida.

Por sua vez, outros lugares (de microescala) representados como inseguros na imprensa também aparecem na fala dos moradores, como os bares. Para Ospina, 41 anos, morador do setor Patrocínio, “esses setores onde tem forró, onde tem esse tipo de coisa assim, acaba sendo [mais violento], é o famoso risca-faca”. Em seguida ele afirma que “onde tem risca-faca é *point*. E quando ela [a esposa] falou o setor São Miguel, justamente por causa do risca-faca, Bar da Nenzinha”. Bethânia, sua esposa, ratifica o marido: “lá mata mesmo, é tiro, né amor, faca, muita facada, arma branca”.

Adicionalmente, nota-se, por essa citação, que a percepção de insegurança para os entrevistados está ligada, principalmente, a crimes como homicídios e roubos, reduplicado quando há incidência dos dois em uma mesma localidade. O centro da cidade, que aparece com frequência na mídia, seja por furtos ou roubos, não é percebido como um setor ou lugar de insegurança e violência. Ao contrário, a ele ainda é atribuído amplo prestígio.

É nesse contexto que Arthur, 51 anos, residente do setor George Iunes, demonstra certa perplexidade diante de um homicídio ocorrido no centro da cidade (ver quadro 1). Em sua fala esse acontecimento aparece como fortuito, fora de seu lugar habitual, deslocando a imagem que ele construiu dos lugares de evitamento e frequência. Em suas palavras, “por coincidência, ontem teve um [homicídio] aqui no centro né, no centro da cidade, teve um aqui”.

Vale ainda ressaltar que a construção dos lugares perigosos ou seguros é realizada pela homogeneização dos setores da cidade, isso acontece através da noção empírica de região. Setores que possuem várias etapas de construção, como Lago Azul 1, 3 e 4, são imaginados como “uma coisa só” para aqueles que neles não habitam. Ainda no quadro 1, Álvaro, 42 anos, residente no setor Carajás, lembra que alguns setores têm várias etapas de construção, mas isso não tem qualquer consequência para representação da violência, uma vez que ele não os diferencia desse ponto de vista.

Por seu turno, os habitantes desses lugares já fazem distinção das várias etapas. A primeira coisa que reivindicam nas entrevistas é a parcela do setor que moram, por exemplo, “aqui é o Lago Azul 3, para lá já é o 4”. Essa diferenciação é convocada para tentar se distanciar da condição de residir em um setor violento. Porém, e contraditoriamente, reproduzem o esquema homogeneizante em relação aos outros setores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhece-se que a mídia araguainense interfere diretamente na construção da insegurança na cidade de Araguaína a partir da veiculação e circulação de uma rede de significados e sentidos, os quais atribuem e enunciam setores como perigosos ou seguros, passíveis de serem apropriados por todos ou apenas por seus moradores; lugares nos quais se podem realizar alguns tipos de práticas, como andar a pé na rua e à noite, e outros nas quais elas estão interdidas.

Os sentidos construídos sobre os espaços periféricos e seus moradores possuem uma dimensão totalizadora e simplificadora – são lugares da violência, do perigo, da bandidagem, do risco, do crime e de pessoas que não prestam. Fala-se sobre esses espaços, enquanto seus moradores não têm voz. Tais setores se transformam em lugares de evitamento, notadamente, por aqueles habitantes que residem nas áreas centrais.

A mídia oferece soluções para a questão da violência que não consideram os reais problemas de subcidadania e reestruturação institucional da polícia. Ao invés disso, joga toda a resolução dos problemas para intensificação da repressão e responsabilidade individuais, uma vez que a bandidagem é observada como escolha pessoal, ou familiares, como se essa fosse uma unidade supra histórico-espacial, que criasse seus próprios valores e condições de reprodução.

É a naturalização do mundo social, que tem graves consequências na periferia, em termos de violência policial. Essa *doxa* é, em grande medida, reproduzida pelos entrevistados, não necessariamente em relação ao seu lugar e suas lugaridades, mas ao conjunto da cidade. Fica explícito que a mídia é a principal fonte da construção de seus referenciais espaciais seguros e inseguros. A primeira reação ao nomear lugares com esse último atributo é lembrar que a mídia disse isso.

Dessa forma, a mídia contribui, de um lado, para embotamento do direito à cidade pela intensificação da insegurança urbana e, de outro, pela negação do direito à segurança pública, visto que observada apenas pelo ângulo da repressão policial. Tem-se como corolário, a fragmentação socioespacial que a insegurança produz na cidade, com a proliferação de lugares de evitamento, que são, simultaneamente, estigmatizados. Isso implica que seus moradores ou aqueles que realizam práticas espaciais nesses lugares (bares, por exemplo), sintam na pele a interdição e humilhação própria do estigma criminal.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, n. 31, p. 2-3, 1980. Disponível em: Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069>. Acesso em: 06 mai. 2019.

_____. et al. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CASSAB, Clarice et al. Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, n. 102, p. 103-120, 2016. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/issue/view/639>> Acesso em: 21 mar. 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro; São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acesso em: Acesso em: 22 mar. 2019.

LAGRANGE, Hugues. Médias et insécurité. **Internacional Review of Community Development**, v. 30, p. 181-195. Disponível em: <<https://doi.org/10.7202/1033677ar>> Acesso em: 21 mar. 2019.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

KESSLER, Gabriel. **El sentimiento de inseguridad: sociología del temor al delito**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

MUNIZ, Marcelo Trilha. **Produções de sentido do telejornalismo em Araguaína: discurso dos telejornais locais da Rede Globo e Band**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2017.

MUCCHIELLI, Laurent. **Violences et insécurité: fantasmes et réalités dans le débat français**. Paris: La Découverte, 2002.

SERPA, Angelo. **Lugar e mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. **Notícias da violência urbana: um estudo antropológico**. Niterói: EDUFF, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Militarização da questão urbana. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 117-129, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18501>> Acesso em: 21 mar. 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.